

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence

CNPJ nº 61.699.567/0012-45

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no

sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fo-

noaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais.

São Paulo, 28.02.2017.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.
Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios		Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2016	2015	
ATIVO			PASSIVO
Ativo Circulante	145.744.335,59	113.989.179,48	Passivo Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa	430.935,13	965.596,48	Fornecedores (notas 3.8)
Bancos conta movimento (nota 3.1)	60.805,41	55.257,62	Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (notas 3.9)
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	370.129,72	910.338,86	Salários a pagar (notas 3.10)
Contas a Receber	142.159.130,60	110.327.463,86	Contribuições a recolher (notas 3.11)
Valores a Receber – Prefeitura Municipal São José Campos (nota 3.3.1)	107.774.676,57	78.965.019,77	Provisão de férias (notas 3.12)
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.2)	13.533.343,08	13.533.343,08	Provisão de FGTS sobre férias (notas 3.12)
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.3)	20.851.110,95	17.829.101,01	Estimativa de Rescisão Contratual (notas 3.13)
Outros Créditos	1.383.400,04	952.856,19	Impostos a recolher (notas 3.14)
Antecipações salariais (nota 3.4.1)	21.417,79	18.625,52	Obrigações Tributárias (notas 3.15)
Antecipação de férias (nota 3.4.2)	538.698,63	337.937,54	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (notas 3.16)
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.3)	432.824,91	21.896,10	Acordo Trabalhista a Pagar (notas 3.17)
Depósito judicial (nota 3.4.4)	362.305,14	256.810,94	Convênios Públicos a Realizar (notas 3.18)
Adiantamentos (nota 3.4.5)	28.153,57	317.586,09	Outras Contas a Pagar (notas 3.19)
Despesas Pagas Antecipadamente	8.647,99	10.350,44	Materiais de Terceiros em nosso poder (notas 3.20)
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	8.647,99	10.350,44	Passivo Não Circulante
Estoques	1.762.221,83	1.732.912,51	Provisão de Despesa
Estoque Materiais Medicamentos Nutrição (nota 3.6)	1.762.221,83	1.732.912,51	Processos Cíveis (nota 4.1)
Ativo Não Circulante	6.303.479,11	5.239.816,34	Provisão de Despesa
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)	6.303.479,11	5.239.816,34	Processos Trabalhistas (nota 4.2)
-Bens Móveis (nota 3.7.1)	17.979.815,08	15.727.436,79	Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 4.3)
Ajuste vida útil - bens terceiros - Hospital José de Carvalho Florence	(11.676.335,97)	(10.487.620,45)	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros
Total do Ativo	152.047.814,70	119.228.995,82	Patrimônio Líquido
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2016 e 2015			Resultado do Exercício
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis: Características da Unidade Gerenciada: O Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, é um hospital geral, cirúrgico, com ênfase os atendimentos de urgência e emergência, de alta complexidade e é referência para a região do Vale do Paraíba - DIR XVII. O Hospital também é utilizado como um grande campo de ensino. Possui serviço de residência médica própria, contando com especialidades de cirurgia geral, clínica médica, medicina intensiva adulto e pediátrico, neonatologia, pediatria, ginecologia e obstetrícia, neurocirurgia, neurologia, anestesiologia e ortopedia, além de disponibilizar estágio para diversos cursos de graduação, incluindo o internato de cursos de Medicina (alunos do 5º e 6º ano) e estágios para os alunos dos cursos de Enfermagem e Fisioterapia. As mudanças implementadas na gestão do Hospital foram profundas, principalmente na cultura da instituição, procurando demonstrar que é possível fazer saúde pública com qualidade. As melhorias nas áreas Administrativa, de Enfermagem e na Assistência Médica, contribuíram e contribuem para uma maior qualidade no ensino de graduação e pós-graduação. O seu quadro funcional é enxuto e suficiente para atendimento dos 362 leitos, (78 leitos de Unidade de Terapia Intensiva). Em média são realizadas 1.600 internações mensais, 23.000 atendimentos no pronto socorro, 7.000 atendimentos ambulatoriais e cerca de 900 cirurgias. Em 2015 foi marcado pela importante resistência do Hospital a crise financeira do país, conseguindo, mesmo com restrição orçamentária e uma inflação crescente manter a mesma produção assistencial e qualidade dos anos anteriores. A Instituição cumpriu as metas estabelecidas com o poder público seja de ordem numérica quanto quantitativa. A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina assumiu a administração do Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence em 25/07/2006, por meio do Contrato de Gestão nº 15.526/2006 com a Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Campos, cujo o objeto é Operacionalização e Gestão das atividades e serviços de Saúde. Para alcance de sua finalidade, foi definido um plano de trabalho a ser levado a cabo pela contratada, com metas a serem atingidas, a previsão expressa dos critérios e objetivos de avaliação de desempenho e seus indicadores de verificação e os cronogramas e orçamentos pertinentes. A Vigência do contrato se deu pelo período de 05 (cinco anos) compreendidos entre Julho/2006 a Julho/2011. Em 25/07/2011 houve a renovação do contrato de gestão que passou a ser reconhecido pelo nº 24.900/2011, o valor Global Anual conforme contrato foi de R\$ 104.900.000,00 cuja vigência é de 12 (Doze Meses), passíveis de prorrogação, nos termos das leis vigentes, pelo prazo máximo de 05 (Cinco Anos), compreendidos entre Julho/2011 a Julho/2016. Em 25/07/2014 houve o termo anual de prorrogação do contrato 24.900/2011 compreendido entre os períodos de Julho/2014 a Julho/2015, o valor Global Anual conforme contrato foi de R\$ 137.260.000,00. Em 25/07/2015 houve o termo anual de prorrogação do contrato 24.900/2011 compreendido entre os períodos de Julho/2015 a Julho/2016, o valor Global Anual conforme contrato foi de R\$ 143.531.600,00. Em Julho/2016 foi assinado o Termo Aditamento nº 14 do contrato gestão nº 24.900/2011 pelo período de 01 (hum) ano compreendido entre Julho/2016 a Agosto/2017, e seu valor global corresponde a R\$ 159.387.117,60, sendo o objeto a continuidade da operacionalização e gestão das atividades e serviços de saúde. Em 2016 voltado a valorização, proteção e cuidado da mulher, a SMS implantou o ambulatório da mulher, para agilizar o diagnóstico de câncer de colo uterino e de mama, o atendimento de pre-natal de alto risco e atenção multidisciplinar e qualificada as mulheres vítimas de violência. Esse ambulatório de atenção secundária proporciona uma melhor qualidade de vida e consequentemente reduz a morbimortalidade da população feminina no município. 1.- Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. 2.- Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 - Formalidade da Escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19/12/2013 pela RFB, algumas alterações foram			

Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos		Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2016	2015	
Receitas Operacionais com Restrições - Receita Bruta com Prestações de Serviços com Restrições			
Prestado Municipal de São José dos Campos (nota 5.1)	162.393.026,15	151.948.062,43	
Outras Receitas (nota 5.2)	0,00	51.000,00	
Financeiras	116.147,88	224.260,72	
Desconto Recebidos	4.329,74	0,00	
Doações Recebidas (nota 5.3)	64.185,03	3.697,88	
Isonção usufruída - INSS			
Serviços Próprios (nota 5.5.1)	21.589.967,38	20.587.881,48	
Isonção usufruída - INSS			
Serviços Terceiros (nota 5.5.2)	2.079.787,21	2.076.915,25	
Isonção usufruída - COFINS (nota 5.5.3)	4.871.790,78	4.558.441,88	
Trabalhos Voluntários (nota 5.5.4)	104.181,02	9.527,45	
(=) Receita Líquida com Restrições	191.223.415,19	179.459.787,09	
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições (nota 5.4)	151.288.496,93	116.016.841,40	
(-) Serviços - Pessoal Próprio	73.839.466,69	71.157.449,78	
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	26.072.634,09	23.518.249,61	
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	10.398.935,99	0,00	
(-) Manutenção e Conservação	1.791.416,28	1.216.803,47	
(-) Mercadorias	21.270.222,48	20.124.095,18	
(-) Financeiras	0,00	80,25	
(-) Tributos	0,00	163,11	
(-) Isonção usufruída - INSS			
Serviços Próprios (nota 5.5.1)	15.739.513,31	0,00	
(-) Isonção usufruída - INSS			
Serviços Terceiros (nota 5.5.2)	2.079.787,21	0,00	
(-) Trabalhos Voluntários (nota 5.5.4)	96.520,80	0,00	
(=) Superávit ou Déficit Bruto com Restrições	39.934.918,34	63.442.945,69	
(-) Despesas Operacionais com Restrições (nota 5.4)	39.934.918,34	63.442.945,69	
(-) Serviços - Pessoal Próprio	19.954.899,69	17.247.476,09	
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	0,00	10.384.576,49	
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	6.878.744,63	4.317.554,00	
(-) Manutenção e Conservação	438.747,69	3.036.373,82	
(-) Mercadorias	732.713,32	1.118.285,91	
(-) Financeiras	190.559,41	96.843,16	
(-) Tributos	3.800,98	9.070,16	
(-) Outras Despesas	1.005.547,55	0,00	
(-) Isonção usufruída - INSS			
Serviços Próprios (nota 5.5.1)	5.850.454,07	20.587.881,48	
(-) Isonção usufruída - INSS			
Serviços Terceiros (nota 5.5.2)	0,00	2.076.915,25	
(-) Isonção usufruída - COFINS (nota 5.5.3)	4.871.790,78	4.558.441,88	
(-) Trabalhos Voluntários (nota 5.5.4)	7.660,22	9.527,45	
(=) Superávit do Exercício com Restrições (nota 5.6)	0,00	0,00	

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa		Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2016	2015	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) Redução em contas a receber	(32.260.508,14)	171.684.045,15	
(Aumento) Redução em estoques	(68.872,05)	127.054,36	
Aumento (Redução) em fornecedores	3.767.622,66	1.039.585,69	
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	28.027.096,18	(171.872.493,53)	
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	1.063.662,77	(302.054,84)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	529.001,42	676.136,83	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
(-) Adição de Bens de Terceiros	(1.063.662,77)	302.054,84	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(1.063.662,77)	302.054,84	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos tomados	0,00	2.209.947,93	
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00	(2.809.947,93)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	0,00	(600.000,00)	
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	(534.661,35)	378.191,67	
No início do período	965.596,48	587.404,81	
No final do período	430.935,13	965.596,48	

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado		Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2016	2015	
1 - RECEITAS	191.102.937,57	179.235.526,37	
1.1) Prestação de serviços	162.497.207,17	151.948.062,43	
1.2) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	64.185,03	54.697,88	
1.3) Isonção usufruída sobre contribuições	28.541.545,37	27.232.766,06	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	61.889.435,81	57.844.006,52	
2.1) Matérias-primas consumidas	0,00	4.588,67	
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	21.270.222,48	21.237.792,42	
2.3) Serviço de terceiros e outros	38.389.049,36	36.601.625,43	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	2.230.163,97	0,00	
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	129.213.501,76	121.391.519,85	
4 - Retenções	0,00	0,00	
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	129.213.501,76	121.391.519,85	
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	120.477,62	224.260,72	
6.1) Receitas financeiras	120.477,62	224.260,72	
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	129.333.979,38	121.615.780,57	
8 - Distribuição do Valor Adicionado	129.333.979,38	121.615.780,57	
8.1) Pessoal e encargos	94.904.094,95	88.404.925,87	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	3.800,98	9.233,27	
8.3) Juros	135.994,45	96.923,41	
8.4) Aluguéis	5.748.543,63	5.871.931,96	
8.5) Isonção usufruída sobre contribuições	28.541.545,37	27.232.766,06	
8.6) (Déficit /) Superávit do Exercício	0,00	0,00	

firmado no item 09 da resolução 1.409/12 R1. A unidade gerenciada constitui possível estimativa rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) E aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

continua

continuação	Estimativas Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2016
	Aviso Prévio indenizado	R\$ 7.415.030,54
	Multa 50% FGTS	R\$ 13.436.080,41
	Total	R\$ 20.851.110,29

3.4-Outros Créditos: Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 Antecipações Salariais:** Os valores registrados nessa conta representam valores antecipados aos colaboradores que serão ressarcidos posteriormente. **3.4.2 Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT). **3.4.3 Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.4 Depósito Judicial:** Representam valores a título de crédito, por ordem judicial, relativos a pagamentos de causas trabalhistas pendentes. **3.4.5 Adiantamentos:** Representam valores a pagos de benefícios adquiridos no final do mês aos funcionários que irão compor a folha de pagamento do mês posterior, são valores referentes a vale transporte, vale alimentação e refeição. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e seguro predial do imóvel da Entidade. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Admi-

Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2016.		Posição em	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2016
Imobilizado - Bens de Terceiros					
Bens Móveis		15.727.436,79	2.203.978,29		17.931.415,08
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratório		8.765.591,88	1.610.208,04		10.375.799,92
Equipamento Proteção/Segurança/Socorro		81.657,11	0,00		81.657,11
Equipamento Processamento de Dados		1.444.753,96	31.238,80		1.475.992,76
Mobiliário em Geral		2.696.964,99	0,00		2.696.964,99
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos		1.449.790,33	270.572,59		1.720.362,92
Veículos de Tração Mecânica		536.575,43	0,00		536.575,43
Aparelhos de Medição		276.562,17	0,00		276.562,17
Aparelhos e Equipamentos Comunicação		104.796,36	11.418,90		116.215,26
Aparelhos e Utensílios Domésticos		195.053,32	39.145,86		234.199,18
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial		109.279,48	0,00		109.279,48
Máquinas e Utensílios de Escritório		18.011,76	0,00		18.011,76
Software		48.400,00	0,00		48.400,00

3.7-1 - Ajuste Tempo Vida Útil: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

Demonstrativo da movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo do Imobilizado em 2016		Posição em	Ajuste	Posição em	Taxas anuais
Descrição			Vida Útil	31/12/2016	médias de Ajustes
Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros					%
Bens Móveis		(10.487.620,45)	(1.183.068,90)	(11.670.689,35)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratório		(5.919.271,83)	(706.745,37)	(6.626.017,20)	10,00
Equipamentos Proteção/Segurança/Socorro		(54.085,59)	(4.446,94)	(58.532,53)	20,00
Equipamento Processamento de Dados		(1.181.787,42)	(94.677,76)	(1.276.465,18)	10,00
Mobiliário em Geral		(1.641.823,57)	(228.990,68)	(1.843.814,25)	10,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos		(640.572,89)	(143.125,32)	(783.698,21)	0,00
Veículos de Tração Mecânica		(536.575,43)	0,00	(536.575,43)	20,00
Aparelhos de Medição		(276.562,17)	(1.377,57)	(276.540,98)	10,00
Aparelhos e Equipamentos Comunicação		(33.025,56)	(10.745,16)	(43.770,72)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos		(153.113,96)	(11.109,09)	(164.223,05)	10,00
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial		(34.874,41)	(8.728,97)	(43.603,38)	10,00
Máquinas e Utensílios de Escritório		(16.519,72)	(928,70)	(17.448,42)	10,00
Software		(806,66)	(4.839,96)	(5.646,62)	

3.8 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9 - Serviços de Terceiros Pessoa Física/Pessoa Jurídica:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, limpeza, manutenção e vigilância. **3.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuições Sindicais.

Contribuições a recolher	Saldo em 31/12/2016
INSS	595.399,70
FGTS	729.108,59
PIS	91.340,11
Contribuições sindicais	213.943,91

3.12 - Provisão de Férias e Encargos: Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos (FGTS) com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

Posição		Valores em Reais em:
Descrição		
Provisão Férias		9.529.717,97
Provisão FGTS sobre Férias		762.265,97
Total		10.291.983,94

3.14 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre folha de pagamento.

Impostos a recolher	Saldo em 31/12/2016
IRRF a recolher	1.326.385,46

3.15 - Obrigações Tributárias: Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes, conforme quadro abaixo:

Obrigações Tributárias	Saldo em 31/12/2016
INSS a recolher	20.344,42
ISS a recolher	16.369,09
IRRF a recolher	25.463,40
PIS/COFINS/CSL a recolher	123.889,39

3.16 - Empréstimos a Funcionários: A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 representa R\$ 189.062,09 (Cento e Oitenta e Nove Mil, Sessenta e Dois Reais e Nove Centavos). **3.17 - Acordo Trabalhista a pagar:** Os valores nessa conta representam os valores devidos em 31.12.2016 referente processos trabalhistas que foram negociados durante o exercício corrente. **3.18 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 91.398.366,97 (Noventa e Um Milhões, Trezentos e Noventa e Oito Mil, Trezentos e Sessenta e Seis Reais e Noventa e Sete Centavos) no Curto Prazo. **3.19 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados nessa conta referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.20 - Materiais de terceiros em nosso poder:** Os bens registrados nessas contas pertencem à Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Campos, tendo em vista que foram adquiridos com os recursos advindos dos Planos de Trabalhos e Convênios firmados com aquele órgão público. Sendo que os bens adquiridos estão alocados nas unidades, utilizados em atendimentos médicos e de saúde, em cumprimento ao objetivo social da Entidade. Com o objetivo de demonstrar que os bens estão sob responsabilidade da Unidade Gerenciada, amparado por termo de permissão de uso de bens móveis, esses valores são registrados em contas de ativo e passivo com saldos idênticos aos do Imobilizado **4 - Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação

nistradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.016 é de R\$ 1.762.221,83 (Hum Milhão, Setecentos e Sessenta e Dois Mil, Duzentos e Vinte e Um Reais e Oitenta e Três Centavos). A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência.

Posição dos Estoques	Valores em Reais em:	
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Materiais utilizados no setor de Nutrição	137.977,22	180.286,21
Materiais utilizados no setor de Farmácia	577.320,16	629.088,52
Materiais de Almoarifado	920.534,10	818.195,06
Materiais de Terceiros	126.390,35	105.342,72
Total	1.762.221,83	1.817.586,67

3.7 - Imobilizado: O imobilizado de uso da SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

CVM nº 594, de 15.09.2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. 4.1 - Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2016, possuímos contingências ativas, no valor de R\$ 7.360,00 (Sete Mil Trezentos e Sessenta Reais). 4.2 - Contingências Passivas: Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence por vezes é acionada em ações civis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para o tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 120.300.694,22 (Cento e Vinte Milhões, Trezentos Mil, Seiscentos e Noventa e Quatro Reais e Vinte e Dois Centavos). Sendo que uma ação de direito administrativo nº TC -000461/007/14 no valor R\$ 112.693.707,22 não representará desembolso financeiro. Ainda, no exercício de suas atividades em 2016, a SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 12.714.410,67 (Doze Milhões, Setecentos e Quatorze Mil, Quatrocentos e Dez Reais e Sessenta e Sete Centavos). 4.3 - Materiais de terceiros em nosso poder: Os bens registrados nessas contas pertencem à Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Campos, tendo em vista que foram adquiridas com os recursos advindos dos Planos de Trabalhos e Convênios firmados com aquele órgão público. Sendo que os bens adquiridos estão alocados nas unidades, utilizados em atendimentos médicos e de saúde, em cumprimento ao objetivo social da Entidade. Com o objetivo de demonstrar que os bens estão sob responsabilidade da Unidade Gerenciada, amparado por termo de permissão de uso de bens móveis, esses valores são registrados em contas de ativo e passivo com saldos idênticos aos do Imobilizado 4.4 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece as Resoluções 1305/10(R1) e 1409/12 (R1), no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12-R1 (Item 11) e CFC 1305/10-R1 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. 4.5 - Apreciação do Resultado: Conforme Resolução nº 1.305/10-R1 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. 4.6 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A	
--	--

Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **5 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **5.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **5.2 - Ajuste Exercícios Anteriores:** Para ajuste de ativos e passivos de exercícios anteriores, não foram realizados ajustes no exercício de 2016. **5.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 64.185,03 (Sessenta e Quatro Mil, Cento e Oitenta e Cinco Reais e Três Centavos), enquanto que em 2015 foi de R\$ 3.697,88 (Três Mil, Seiscentos e Noventa e Sete Reais e oitenta e Oito Centavos). **5.4 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **5.5 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da CO-FINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20.08.2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-153024/2014-03. Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **5.5.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2015, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 21.589.967,38 (Vinte e Um Milhões, Quinhentos e Oitenta e Nove Mil, Novecentos e Sessenta e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos). Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 20.587.881,48 (Vinte Milhões, Quinhentos e Oitenta e Sete Mil, Oitocentos e Oitenta e Um Reais e Quarenta e Oito Centavos) **5.5.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 2.079.787,21 (Dois Milhões, Setenta e Nove Mil, Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Vinte e Um Centavos). Em 2015 o referido valor de receita totalizou R\$ 2.076.915,25 (Dois milhões, Setenta e Seis Mil, Novecentos e Quinze Reais e Vinte e Cinco Centavos) **5.5.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CO-FINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 4.871.790,78 (Quatro Milhões, Oitocentos e Setenta e Um Mil, Setecentos e Noventa Reais e Setenta e Oito Centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 4.558.441,88 (Quatro Milhões, Quinhentos e Cinquenta e Oito Mil, Quatrocentos e Quarenta e Um Reais e Oitenta e Oito Centavos). **5.5.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2016 esses valores representaram R\$ 104.181,02; enquanto em 2015 o montante foi de R\$ 9.527,45. **5.6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses no montante de R\$ R\$ 156.225.098,00 (Cento e Cinquenta e Seis Milhões, Duzentos e Vinte e Cinco Mil, Noventa e Oito Reais) e outras receitas no montante de R\$ 184.662,65 (Cento e Oitenta e Quatro Mil, Seiscentos e Sessenta e Dois Reais e Sessenta e Cinco Centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 162.577.688,88 (Cento e Sessenta e Dois Milhões, Quinhentos e Setenta e Sete Mil, Seiscentos e Oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ 6.167.928,15 (Seis Milhões, Cento e Sessenta e Sete Mil, Novecentos e Vinte e Oito Reais e Quinze Centavos). O resultado deficitário ficará consignado em conta específica do ativo, denominada "valores em negociação contrato/convênio", até o final do contrato de gestão. O resultado deficitário do exercício deve-se a aumento gradual na execução do contrato com aumentos significativos de atendimentos em relação ao contratado, 2.194 atendimentos de urgência acima do contratado, 17.855 consulta médica, 713.124 de atendimentos não médico, e realizado 512.877 exames acima do contratado. Nesse exercício a FIPE Saúde fechou com uma inflação acumulada do ano de 11,66% acarretando aumento em materiais e serviços. Em 2016 voltou a valorização, proteção e cuidados da mulher foram implantados o Ambulatório da Mulher, para facilitar e agilizar o diagnóstico de câncer de colo uterino e de mama e atendimento pré-natal de auto risco, com isso houve também um aumento de atendimento médicos em relação ao ano anterior. **5.7 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 (R1) na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para re-

CONTINUA

continuação conhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

Convênios	R\$
Contrato de Gestão 24.900/2011	156.225.098,00
6 - Das Disposições da LEI 12.101 e Portaria 834/2016 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2016, a unidade apresentou os seguintes dados de produção:	

Produção - 2016	
Linha de Atendimento	SUS
Internações	
Saída Hospitalar	19.191
Nº de paciente dia	107.022
Nº de Cirurgias	7.485
nº de Partos	3.486
Diárias de UTI - Total	38.346
Internação/Atendimento Domiciliar	N/A

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
Data, Horário e Local: Aos 18.04.2017, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados.
Presenças: Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Supervisores:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11.11.2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópoli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31.12.2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela ela-

Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)						
Produção - 2016						
Linha de Atendimento				SUS		
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)				242.225		
Atendimento Ambulatorial - Total						
Consulta médica				84.056		
Atendimento não médico				19.126		
HD/Cirurgia ambulatorial				379		
SADT - Total				834.712		
7 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão: A unidade SPDM - Hospital Municipal José Carvalho Florence, apresentou o seguinte relatório de execução em 2016:						
Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2015						
Linha de	1º		2º		Total	
	Semestre		Semestre		2016	
Contra-	Realizado	Contra-	Realizado	Contra-	Realizado	
Atendimento Hospitalar						
Total (SIH/SUS)						
Nº Total de AIH (SIH/SUS)						
	9.600	9.380	9.600	9.811	19.200	19.191
Atendimento de Urgência Total (PS)						
	115.512	141.642	115.512	100.583	231.024	242.225
Atendimento Ambulatorial/ Procedimentos Específicos						
Total (d/a)						
Consulta Médica em						
Atenção Especializada	30.318	41.668	35.883	42.388	66.201	84.056
Atendimentos						
Não Médicos	-	410.199	-	302.925	-	713.124
Consultas Não Médicas	-	8.979	-	10.147	-	19.126
Vagas externas disponibilizadas de Consultas Médicas						
Especializadas	5.827	7.036	5.923	7.866	11.750	14.902
SADT [Ext-Int] - Total (d/a)						
Exames						
Complementares	159.600	404.061	162.225	430.651	321.825	834.712
Vagas externas disponibilizadas de Exames						
Complementares	8.547	9.095	11.478	14.343	20.025	23.438

Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMJPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbin (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Pronto-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital

8 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12): Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão composto os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **9 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contabil de Continuidade. **10 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31.12.2016

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.
Dr. Carlos Alberto Maganha - Diretor Técnico
Jose Roberto da Mota - Contador CRC- 1SP 252.369/0-7

tal Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial VI Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P.3.2 (A.P.3.2), O PAIS A.P.1.0 (A.P.1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18.04.2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares .

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 30.03.2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3**, Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0; CNAI - SP - 1620.

Prologis Brasil Fincos 2 Participações Ltda.

Demonstrações Financeiras				
Balanço Patrimonial para os Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (valores expressos em reais - R\$)				
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	579.130	226.195		
Impostos a recuperar	129.013	106.669		
Total do ativo circulante	708.143	332.864		
Não Circulante				
Investimento em controlada	514.200.877	392.425.083		
Total do ativo não circulante	514.200.877	392.425.083		
Total do Ativo	514.909.020	392.757.947		
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Fornecedores		128.425		10.587
Obrigações tributárias		2.992		1.212
Total do passivo circulante		131.417		11.799
Patrimônio Líquido				
Capital social	490.995.606	384.395.606		
Reserva de lucros	23.781.997	8.350.542		
Total do patrimônio líquido	514.777.603	392.746.148		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	514.909.020	392.757.947		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social para os Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (valores expressos em reais - R\$)				
	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Total	
Saldos em 31/12/2014	<u>213.210.606</u>	<u>2.820.379</u>	<u>216.030.985</u>	
Aumento de capital	171.185.000	-	171.185.000	
Resultado do exercício	-	5.530.163	5.530.163	
Saldos em 31/12/2015	<u>384.395.606</u>	<u>8.350.542</u>	<u>392.746.148</u>	
Aumento de capital	106.600.000	-	106.600.000	
Resultado do exercício	-	15.431.455	15.431.455	
Saldos em 31/12/2016	<u>490.995.606</u>	<u>23.781.997</u>	<u>514.777.603</u>	
Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (Valores expressos em reais - R\$)				
	2016	2015		
Lucro Líquido do Exercício	<u>15.431.455</u>	<u>5.530.163</u>		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Resultado Abrangente do Exercício	<u>15.431.455</u>	<u>5.530.163</u>		
Contador				
Antonio Carvalho Moraes Junior - CRC-SP 047683/O-8				
Diretoria				
Hardy Alexander Milsch Correa - Representante Legal				

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (valores expressos em reais - R\$)		
	2016	2015
Fluxos Caixa de Atividades Operacionais		
Lucro líquido do antes do IR e da CS	15.432.056	5.530.163
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Equivalência patrimonial	(16.126.418)	(5.816.563)
Provisões de fornecedores	117.960	-
Ganho na transferência de investimentos	-	(2.747)
	(576.403)	(289.147)
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais:		
Impostos a recuperar	(22.344)	(19.613)
Fornecedores	(122)	5.077
Imposto de renda e contribuição social pagos	(601)	(12.776)
Obrigações tributárias	1.780	844
	(21.287)	(26.468)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(597.689)</u>	<u>(315.615)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de investimentos	(110.002.876)	(174.645.000)
Recebimento de dividendos	4.353.500	3.789.750
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(105.649.376)</u>	<u>(170.855.250)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	106.600.000	171.185.000
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	<u>106.600.000</u>	<u>171.185.000</u>
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes no Exercício	<u>352.935</u>	<u>14.135</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	226.195	212.060
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>579.130</u>	<u>226.195</u>
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes no Exercício	<u>352.935</u>	<u>14.135</u>

"As demonstrações financeiras completas, inclusive relatório dos auditores independentes, sem ressalva, estão à disposição na sede da Empresa."